



**Ministério  
das Finanças**

Direção Nacional do Orçamento  
e da Contabilidade Pública

# SÍNTESE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL JULHO 2021

Agosto 2021

## ÍNDICE

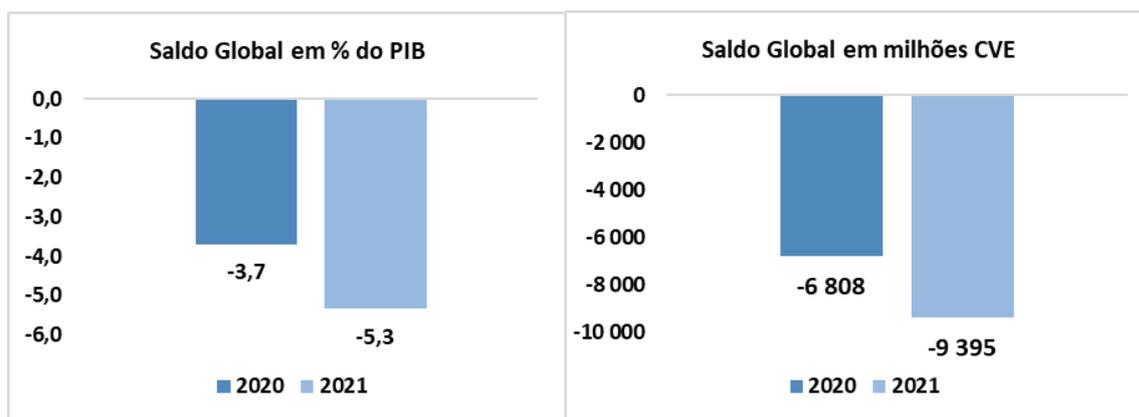
<b>1. Síntese Geral de Execução Orçamental .....</b>	<b>2</b>
<b>2. Análise das Receitas Totais.....</b>	<b>4</b>
<b>2.1. Receitas (não inclui venda de ativos).....</b>	<b>5</b>
<b>2.2. Venda de Ativos Não Financeiros.....</b>	<b>8</b>
<b>3. Análise das Despesas Totais e Ativos Não Financeiros.....</b>	<b>8</b>
<b>3.1. Por Classificação Económica.....</b>	<b>8</b>
<b>3.1.1. Despesas .....</b>	<b>9</b>
<b>3.1.2. Ativos Não Financeiros.....</b>	<b>11</b>
<b>3.2. Por Tipo de Financiamento.....</b>	<b>11</b>
<b>4. Projetos em Resposta à Covid-19 .....</b>	<b>12</b>
<b>5. Dívida Pública.....</b>	<b>15</b>

## 1. Síntese Geral de Execução Orçamental

A 31 de julho de 2021, o valor provisório do saldo global foi negativo em 9.395,4 milhões de CVE, ou seja, um défice de 5,3% do PIB projetado pelo Ministério das Finanças e Fomento Empresarial (MFFE)<sup>1</sup>. Esse resultado se traduziu num agravamento 1,6 p.p., em face ao mesmo período de 2020.

Observa-se, ainda, que o saldo corrente primário/PIB foi negativo em 4,1%, agravando-se em 1,9 p.p., comparativamente ao período homólogo, continuando, assim, a refletir o impacto negativo da pandemia na economia cabo-verdiana, e conseqüentemente, no quadro fiscal/orçamental, decorrente dos estabilizadores automáticos e das medidas adotadas no âmbito do combate e da prevenção da Covid-19.

**Gráfico 1 - Evolução do Saldo Global**



Fonte: MFFE

Os resultados provisórios da execução orçamental até julho de 2021, comparativamente ao mesmo período de 2020, decorrem:

- da diminuição das receitas totais em 7,1% (-1.634,8 milhões de CVE);
- do agravamento das despesas totais em 4,5% (+1.286,4 milhões de CVE); e
- da diminuição em ativos não financeiros líquidos em 33,3% (-333,7 milhões de CVE), justificado, essencialmente, pela venda de ativos superiores ao

<sup>1</sup> Considerou-se o PIB reprogramado (175.616 milhões de CVE), sendo que o PIB projetado inicialmente aquando da proposta do OE 2021 foi de 194.320 milhões de CVE.

registado no mesmo período do ano anterior (2021: 534 milhões de CVE; e 2020: 49 milhões de CVE).

### Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

	2020		2021			
	Orç. Ref.	Jul	Orç. Ref	Jul	Grau Exec.	Tax. Hom
<b>1. Total Receitas</b>	<b>53 869</b>	<b>22 977</b>	<b>52 520</b>	<b>21 343</b>	<b>40,6</b>	<b>-7,1</b>
<b>1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)</b>	<b>45 309</b>	<b>21 672</b>	<b>47 270</b>	<b>20 478</b>	<b>43,3</b>	<b>-5,5</b>
Impostos	33 952	18 978	34 895	17 795	51,0	-6,2
Segurança Social	70	29	71	32	45,5	11,3
Transferências (donativos)	8 559	1 305	5 250	865	16,5	-33,7
Outras Receitas	11 288	2 665	12 304	2 651	21,5	-0,6
<b>2. Total Despesas</b>	<b>64 974</b>	<b>28 784</b>	<b>63 473</b>	<b>30 071</b>	<b>47,4</b>	<b>4,5</b>
Despesas com Pessoal	23 648	12 053	24 480	12 468	50,9	3,4
Aquisição de Bens e Serviços	15 438	4 079	12 292	4 365	35,5	7,0
Juros Correntes	5 187	3 106	4 485	2 439	54,4	-21,5
Subsídios	891	340	1 116	690	61,9	103,1
Transferências Correntes	8 072	3 317	7 847	3 084	39,3	-7,0
Benefícios Sociais	8 046	4 554	9 179	5 582	60,8	22,6
Outras despesas correntes	3 692	970	4 075	893	21,9	-8,0
Valor a regularizar		366		549	-	50,1
<b>3. Resultado Operacional Bruto</b>	<b>-11 105</b>	<b>-5 807</b>	<b>-10 953</b>	<b>-8 728</b>	<b>79,7</b>	<b>50,3</b>
<b>4. Ativos não Financeiros</b>	<b>9 851</b>	<b>1 001</b>	<b>9 863</b>	<b>667</b>	<b>6,8</b>	<b>-33,3</b>
Compra ativos não financeiros	10 301	1 050	11 353	1 201	10,6	14,4
Venda ativos não financeiros	451	49	1 490	534	35,8	1000,4
<b>5. Global Global (1-2-4)</b>	<b>-20 956</b>	<b>-6 808</b>	<b>-20 816</b>	<b>-9 395</b>	<b>45,1</b>	<b>38,0</b>
Saldo global (em percentagem do PIB)	-11,4	-3,7	-11,9	-5,3	-	-
Saldo Corrente Primario	-9 976	-4 020	-11 557	-7 154	-	-
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	-6,0	-2,2	-6,6	-4,1	-	-
<b>6. Financiamento</b>	<b>20 956</b>	<b>7 354</b>	<b>20 816</b>	<b>8 470</b>	-	-
<b>6.1 Ativos Financeiros</b>	<b>-4 569</b>	<b>-170</b>	<b>934</b>	<b>-920</b>	-	-
Empréstimo Concedidos Mi - Amortizações	392	161	2 303	133	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-4 664	-24	-2 278	-641	-	-
Acções e Outras Participações Mi - Aquisição	-1 445	-307	-1 049	-413	-	-
Depositos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	1 148		1 958		-	-
<b>6.2 Passivos Financeiros</b>	<b>25 525</b>	<b>7 524</b>	<b>19 882</b>	<b>9 391</b>	-	-
<b>Interno líquido</b>	<b>5 488</b>	<b>3 458</b>	<b>5 402</b>	<b>7 778</b>	-	-
Sistema bancário	5 633	-1 682		5 137	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Aquisições	12 552		13 171		-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações	-6 919		-7 584		-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações Leasing	-145	-80	-185	-85	-	-
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BCV		2 007		139	-	-
Pagamento de Cheques e transferência em trânsito		-2 172		-2 184	-	-
Outras operações de tesouraria				-244	-	-
Sistema não bancário		2 082		5 015	-	-
<b>Externo líquido</b>	<b>20 037</b>	<b>4 066</b>	<b>14 481</b>	<b>1 613</b>	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições	22 677	6 600	17 392	3 681	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-2 640	-2 535	-2 911	-2 068	-	-
<b>7.GAP Financiamento (5 - 6)</b>	<b>0</b>	<b>546</b>	<b>0</b>	<b>-925</b>	-	-

Fonte: MFFE

## 2. Análise das Receitas Totais

As receitas totais da Administração Central (incluindo vendas de ativos não financeiros) realizadas até julho de 2021 cifraram-se em 21.876,5 milhões de CVE, registando uma diminuição de 5,0%, comparativamente ao período homólogo.

### Quadro 2 - Receitas Públicas Orçamentais

Mapa I - Receitas por Classificação Económica	2020		2021		Grau Exec.	Tax. hom
	Orç. Ret.	Jul	Orç. Ret.	Jul		
<b>Impostos</b>	<b>33 952</b>	<b>18 978</b>	<b>34 895</b>	<b>17 795</b>	<b>51,0</b>	<b>-6,2</b>
<b>Imposto único sobre rendimentos</b>	<b>11 558</b>	<b>5 897</b>	<b>9 271</b>	<b>4 793</b>	<b>51,7</b>	<b>-18,7</b>
IR-PS	6 249	3 416	6 026	3 126	51,9	-8,5
IR-PC	5 309	2 199	3 244	1 667	51,4	-24,2
<b>Outros impostos directos</b>		<b>282</b>	<b>570</b>	<b>221</b>	<b>38,8</b>	<b>-21,5</b>
Tributo Especial Unificado - TEU		282	570	221	38,8	-21,5
<b>Imposto sobre bens e serviços</b>	<b>15 582</b>	<b>8 932</b>	<b>16 886</b>	<b>8 301</b>	<b>49,2</b>	<b>-7,1</b>
Imposto sobre o valor acrescentado	12 895	7 370	14 010	6 973,0	49,8	-5,4
IVA DGA	6 424	3 811	7 425	4 425	59,6	16,1
IVA DGCI	6 471	3 559	6 585	2 548	38,7	-28,4
Imposto consumo especial	1 617	947	1 955	957	48,9	1,0
Contribuição turística	513	290	248	29	11,8	-89,9
Taxa ecológica	557	325	674	342	50,7	5,2
<b>Impostos sobre transações internacionais</b>	<b>6 240</b>	<b>3 777</b>	<b>7 471</b>	<b>4 100</b>	<b>54,9</b>	<b>8,6</b>
Direitos de importação	5 966	3 606	7 154	3 921	54,8	8,7
Taxa comunitaria CEDEAO	273	170	317	179	56,5	5,1
<b>Outros impostos</b>	<b>572</b>	<b>373</b>	<b>697</b>	<b>380</b>	<b>54,5</b>	<b>1,7</b>
Imposto de selo	534	354	664	366	55,1	3,4
Imposto especial sobre jogos	38	19	33	14	42,1	-27,8
<b>Segurança Social</b>	<b>70</b>	<b>29</b>	<b>71</b>	<b>32</b>	<b>45,5</b>	<b>11,3</b>
Taxa social única	0	0	0	0	-	-
Contribuições para a segurança social	68	29	71	32	45,0	11,4
Outras Contribuições	1	0	0	0	-	-5,0
<b>Transferências</b>	<b>8 559</b>	<b>1 305</b>	<b>5 250</b>	<b>865</b>	<b>16,5</b>	<b>-33,7</b>
De Governos Estrangeiros	7 492	1 287	4 525	252	5,6	-80,4
Ajuda Orçamental	1 957	881	1 029	0	0,0	-100,0
Ajuda Alimentar	304	65	321	68	21,1	4,0
Donativos directos	5 230	341	3 175	184	5,8	-46,0
De Organizações Internacionais	604	18	218	363	166,5	1 879,6
Das Administrações Públicas	464		508	250	49,3	-
<b>Outras Receitas</b>	<b>11 288</b>	<b>2 665</b>	<b>12 304</b>	<b>2 651</b>	<b>21,5</b>	<b>-0,6</b>
Rendimentos de propriedade	3 502	213	4 922	232	4,7	8,7
Venda de bens e serviços	6 366	2 214	6 075	2 217	36,5	0,1
Multas e outras penalidades	299	123	212	91	43,0	-26,1
Outras transferências	425	11	314	24	7,6	123,6
Outras receitas diversas e não especificadas	695	104	781	87	11,1	-16,7
<b>Receitas</b>	<b>53 869</b>	<b>22 977</b>	<b>52 520</b>	<b>21 343</b>	<b>40,6</b>	<b>-7,1</b>
<b>Ativos e Passivos</b>	<b>451</b>	<b>49</b>	<b>1 490</b>	<b>534</b>	<b>35,8</b>	<b>1000,4</b>
Ativos não Financeiros	451	49	1 490	534	35,8	1 000,4
<b>TOTAL RECEITAS</b>	<b>54 319</b>	<b>23 026</b>	<b>54 010</b>	<b>21 876</b>	<b>40,5</b>	<b>-5,0</b>

Fonte: MFFE

## 2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)

As receitas arrecadadas, até julho de 2021, totalizaram o montante de 21.342,6 milhões de CVE, registando uma diminuição de 7,1%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta da diminuição da arrecadação em sede dos impostos diretos (-18,8%), dos impostos indiretos (-2,3%) e das outras receitas (-0,6%), bem como desembolso dos donativos (-33,7%). Regista-se, entretanto, um aumento das receitas de segurança social (+11,3%) que tem pouca materialidade em face ao total da receita do Estado.

Em relação aos Impostos diretos, é de se destacar que o decréscimo 18,8% decorre da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares, que se situou, no período em análise, em 3.125,8 milhões de CVE, registando uma evolução negativa, em termos homólogo, de 289,9 milhões de CVE (-8,5%). Esta variação decorre do facto de que nos três primeiros meses de 2020 não se ter sentido os impactos negativos da pandemia da Covid-19; enquanto que, em 2021, até finais de julho, continuamos a registar os impactos negativos da pandemia, afetando o emprego e os rendimentos das pessoas singulares.
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, que se cifrou, no período, em 1.667,4 milhões de CVE, registando uma evolução negativa em termos homólogos de 532,0 milhões de CVE (-24,2%) sendo a performance homóloga consequência da redução da atividade económica em 2020 face a 2019, logo, com impacto negativo no imposto sobre o lucro anual pagos nos anos seguintes.
- Tributo Especial Unificado (TEU), que registou, no período em análise, uma execução de 221 milhões de CVE, traduzindo-se numa evolução negativa de 60,6 milhões de CVE (-21,5%) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação é explicada pelos fortes impactos da crise provocada pela Covid-19 nos contribuintes do REMPE, pelo aumento dos prazos trimestrais

de entrega do Tributo e pelo pagamento em prestações mais alargadas que o OE 2021 veio prever.

Quanto aos impostos indiretos, o decréscimo de 2,3% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rúbricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 6.973,0 milhões de CVE, traduzindo uma evolução negativa de 396,9 milhões de CVE (-5,4%). Por fonte de arrecadação, constatou-se que em sede do IVA-DGA apurou-se um acréscimo de 16,1% enquanto que o IVA-DGCI teve um decréscimo de 28,4%. Este decréscimo na cobrança deste imposto deriva dos fortes impactos da crise da Covid-19, principalmente a nível do Turismo, e das medidas excecionais decretadas pelo Governo, nomeadamente a possibilidade de pagamento em prestações e a redução da taxa do IVA no Turismo para 10%, que o OE 2021 veio prorrogar em relação ao ano 2020.
- Contribuição Turística – a receita totalizou, no período, o montante de 29,3 milhões de CVE, registando uma evolução em termos homólogos de -260,2 milhões de CVE (-89,9%), resultante do facto das dormidas em estabelecimentos hoteleiros ainda estarem a sofrer um forte impacto da crise da Covid-19, com um nível baixíssimo de entradas de turistas do exterior, devido às restrições de viagens de lazer da maior parte dos países no Mundo, sendo o turismo interno marginal.
- Impostos sobre Transações Internacionais – a receita registou um acréscimo de 8,6% (+323,4 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. A performance destes impostos está intrinsecamente ligada à importação. Em termos desagregados, em face ao período homólogo de 2020, verificou-se uma variação positiva no Direito de Importação em 8,7% (+314,6 milhões de CVE) e da Taxa Comunitária CEDEAO em 5,1% (+8,7 milhões de CVE).
- Imposto de Selo – a cobrança em sede do imposto de selo teve uma evolução positiva em termos homólogos de 3,4% (+11,9 milhões de CVE), situando-se

em 366 milhões de CVE, fruto essencialmente de uma atividade bancária relativamente dinâmica, apesar das moratórias bancárias decretadas.

- Imposto especial sobre jogos - a cobrança em sede desse imposto foi de 14 milhões de CVE, registando uma evolução negativa em termos homólogos de 27,8% (-5,3 milhões de CVE), uma vez que depende quase exclusivamente da atividade turística na Ilha do Sal, que, desde o início da pandemia, é quase inexistente, comparativamente aos níveis registados antes da pandemia.

No que toca às transferências (com destaque aos donativos), registou-se uma execução de 865,0 milhões de CVE, apresentando uma diminuição de 33,7% (-440,0 milhões de CVE), em face a arrecadação no período homólogo do ano anterior. Esta performance decorre:

- da diminuição das transferências provenientes de Governos Estrangeiros em 80,4% (-1.034,9 milhões de CVE), justificado pela não entrada ainda das ajudas orçamentais em face a julho de 2020 e conjugado com o decréscimo dos donativos diretos face ao período homólogo;
- do aumento das transferências provenientes de Organizações Internacionais em 344,5 milhões de CVE, explicado pela entrada do donativo no âmbito do acordo entre U.E e PNUD para financiamento do projeto “*West Africa Competitiveness Support Project*”, no valor de 319,6 milhões de CVE; e
- do registo de transferências recebidos pelos Fundos e Serviços Autónomos (+250,4 milhões de CVE), com destaque para as estruturas de Saúde, em face a participação do INPS na assistência médica e medicamentosa dos respetivos segurados.

As outras receitas verificaram um decréscimo de 0,6% (-14,7 milhões de CVE), refletindo o impacto da pandemia da Covid-19, com destaque à diminuição na arrecadação, das multas e outras penalidades e das outras receitas diversas.

## 2.2. Venda de Ativos Não Financeiros

As receitas provenientes de Vendas de Ativos Não Financeiros ascenderam a 533,9 milhões de CVE, registando um aumento, em face ao realizado no mesmo período de 2020 (48,5 milhões de CVE). Esse aumento é justificado, essencialmente, pela venda de edifícios (480,9 milhões de CVE) e da aeronave das Forças Armadas (52,9 milhões de CVE).

## 3. Análise das Despesas Totais e Ativos Não Financeiros

### 3.1. Por Classificação Económica

As despesas totais e a aquisição de ativos não financeiros, em julho de 2021, atingiram 31.271,9 milhões de CVE, registando um agravamento de 4,8% em relação ao período homólogo de 2020.

**Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica**

Mapa II - Despesa por Classificação Económica	2020		2021			
	Orç. Ret.	Jul	Orç. Ret.	Jul	Grau Exec.	Var. Hom.
Despesas com Pessoal	23 648	12 053	24 480	12 468	50,9	3,4
Remuneração Certas e Permanentes	21 705	11 314	22 381	11 748	52,5	3,8
Segurança Social	1 943	739	2 098	720	34,3	-2,6
Aquisição de Bens e Serviços	15 438	4 079	12 292	4 365	35,5	7,0
Juros Correntes	5 187	3 106	4 485	2 439	54,4	-21,5
Dívida interna	3 337	1 878	3 343	1 884	56,4	0,3
Dívida externa	1 754	1 214	1 044	544	52,1	-55,2
Outros encargos	96	14	98	11	11,1	-20,3
Subsídios	891	340	1 116	690	61,9	103,1
Transferências Correntes	8 072	3 317	7 847	3 084	39,3	-7,0
Governos Estrangeiros	820	52	1 188	33	2,8	-36,7
Organismos Internacionais	475	63	465	64	13,7	1,3
Administração pública	6 778	3 202	6 194	2 987	48,2	-6,7
Benefícios Sociais	8 046	4 554	9 179	5 582	60,8	22,6
Outras Despesas Correntes	3 692	970	4 075	893	21,9	-8,0
Valor a regularizar		366		549,2		50,1
<b>Despesas</b>	<b>64 974</b>	<b>28 784</b>	<b>63 473</b>	<b>30 071</b>	<b>47,4</b>	<b>4,5</b>
<b>Ativos e Passivos</b>	<b>10 301</b>	<b>1 050</b>	<b>11 353</b>	<b>1 201</b>	<b>10,6</b>	<b>14,4</b>
Ativos não Financeiros	10 301	1 050	11 353	1 201	10,6	14,4
<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>75 275</b>	<b>29 834</b>	<b>74 826</b>	<b>31 272</b>	<b>41,8</b>	<b>4,8</b>

Fonte: MFFE

### 3.1.1. Despesas

Em finais de julho de 2021, as despesas executadas totalizaram o montante de 30.070,7 milhões de CVE, registando um aumento de 4,5% em relação ao período homólogo de 2020. Esta evolução resultou do aumento nas rubricas despesas com o pessoal (+3,4%), aquisição de bens e serviços (+7,0%), subsídios (+103,1%), benefícios sociais (+22,6%), conjugado com a diminuição nas rubricas dos juros da dívida (-21,5%), das transferências correntes (-7,0%) e outras despesas correntes (-8,0%), conforme abaixo se apresenta:

- A “despesa com o pessoal” evidenciou um aumento de 3,4% (+ 415,4 milhões de CVE) decorrente:
  - i. do impacto de implementação de PCCS das Forças Armadas, que teve início no segundo trimestre de 2020, e reclassificações e acumulação de carga horária que vieram a ter impacto no mês de junho do presente ano, com destaque ao Ministério de Educação; enquanto que em 2021 os impactos em causa são de 12 meses;
  - ii. do impacto na contratação de técnicos e pessoal de saúde, bem como aumento das velas e senhas de presença nas estruturas de saúde no âmbito da necessidade de resposta à Covid-19;
  - iii. da regularização atempada das despesas dos Órgãos de Soberania, nomeadamente a Assembleia Nacional e Presidência da República e também das Embaixadas; e
  - iv. da *Bancarização* das estruturas do Supremo Tribunal de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público, Conselho Superior da Magistratura Judicial, Tribunal de Contas, das Comissões de Recenseamento Eleitoral e do Cofre Geral de Justiça.
- “Aquisição de bens e serviços” registaram um aumento de 7,0% (+286,0 milhões de CVE), em face ao período homólogo do ano anterior, derivado do aumento das seguintes rubricas: Material de consumo clínico em 92,6% (+182,4 milhões de CVE)

decorrente da execução dos projetos de prevenção e combate à Covid-19; Conservação e reparação de bens em 56,6% (+63,6 milhões de CVE); Honorário em 256,0% (+214,5 milhões de CVE) resultante de despesas no âmbito das políticas de emprego e reforço ao sector de Educação; e despesas no âmbito das eleições (+57,3 milhões de CVE). Tais agravamentos foram atenuados pelas medidas de cativos de despesas adotadas pelo Governo, através da Resolução do Conselho de Ministro n.º 8/2021, de 2 de fevereiro.

- A despesa com os juros da dívida registou uma diminuição de 21,5% (-666,7 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2020, resultado dos juros da dívida externa na decorrência da moratória concedida pelos credores bilaterais para mitigar os efeitos da Covid-19 nos países mais vulneráveis.
- Os “Subsídios” registaram um acréscimo de 103,1% (+350,5 milhões de CVE), em face ao mesmo período de 2020, justificado, essencialmente, pelos subsídios transferidos às empresas privadas não financeiras, no âmbito da resolução 54/2021 de 16 de abril, resultante de indemnização compensatória anual pelas obrigações de serviço público de transporte marítimo de passageiros e cargas inter-ilhas, cujo pagamento é efetuado através do Fundo Autónomo de Desenvolvimento e Segurança do Transporte Marítimo.
- Os “Benefícios Sociais” aumentaram 22,6% (+1.028,7 milhões de CVE), justificado, essencialmente, pela dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas, originando um aumento nas rubricas de pensões de aposentação em 9,4% (+251,0 milhões de CVE); pensões de sobrevivência em 15,9% (+25,2 milhões de CVE) e outros benefícios sociais em numerários em 170,1% (+708,4 milhões de CVE). Este último, no âmbito do apoio social às famílias afetadas pela pandemia da Covid-19, através do Rendimento Social de Inclusão, do pagamento de estágios profissionais, formação para empregabilidade e apoio à reinserção socioprofissional.
- As “Transferências Correntes” tiveram uma diminuição de 7,0% (-233,3 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, justificado, essencialmente, pela diminuição das transferências em face ao período homólogo,

aos municípios na sequência da diminuição da arrecadação de receitas consignadas, com destaque a Contribuição Turística gerida pelo Fundo do Turismo.

- As “Outras Despesas Correntes” evidenciaram uma diminuição de 8,0% (-77,4 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2020, decorrente da reprogramação e das medidas de contenção nos termos definidos na Resolução n.º 8/2021, de 2 de fevereiro.

### **3.1.2. Ativos Não Financeiros**

A execução dos Ativos Não Financeiros ascendeu ao montante de 1.201,2 milhões de CVE, equivalente a 10,6% do total do orçamento, um aumento de 14,4% em face ao homólogo, representando, em termos absolutos, uma variação positiva de 151,6 milhões de CVE comparativamente à execução de 2020. O montante executado decorre, essencialmente, dos seguintes projetos: “Reforço ao sector da educação” com uma execução de 95,1 milhões de CVE; “Redução de Perdas em Eletricidade e Melhoria de Qualidade de Energia” com uma execução de 87,4 milhões de CVE; “Reabilitação de estradas” com uma execução de 223,2 milhões de CVE; “Construção Centro Ambulatório do Hospital B. Sousa” com uma execução de 73,4 milhões de CVE; e “Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómicas e Rurais (Poser - Clima)” com uma execução de 59,6 milhões de CVE.

### **3.2. Por Tipo de Financiamento**

No que tange ao financiamento, nota-se que 91,6% das despesas totais (despesas e ativos não financeiros) foram financiadas com recursos do Tesouro e 8,4% com recursos externos.

Ao nível dos recursos externos:

- Os donativos, na modalidade de financiamento direto aos projetos, totalizam o montante de 803 milhões de CVE, equivalente a 30,7% do total do financiamento externo, sendo os financiadores com maiores execuções o

Luxemburgo com 317,5 milhões de CVE e Banco Europeu de Investimento com 87,4 milhões de CVE;

- Os empréstimos externos ascenderam a 1.765 milhões de CVE, equivalente a 67,6% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para 13 programas, com destaque para a “Garantia de acesso ao rendimento, a Educação, aos Cuidados e à Saúde” (836,2 milhões de CVE), as “Infraestruturas Modernas e Seguras” (430,4 milhões de CVE), a “Educação de Excelência” (151,1 milhões de CVE) e a “Transformação da Agricultura” (89,7 milhões de CVE).

#### Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento

Financiamento	Orç	2021	Grau Exec.	Peso %
		Julho		
<b>Interno</b>	<b>62 962</b>	<b>28 660</b>	<b>45,5</b>	<b>91,6</b>
Tesouro (Rec. Int.)	62 123	28 466	45,8	99,3
OFN	839	194	23,2	0,7
<b>Externo</b>	<b>14 934</b>	<b>2 611</b>	<b>17,5</b>	<b>8,4</b>
Donativo	2 219	803	36,2	30,7
Empréstimo	12 418	1 765	14,2	67,6
Ajuda Alimentar	297	44	14,7	1,7
<b>Total da Despesa</b>	<b>77 896</b>	<b>31 272</b>	<b>40,1</b>	<b>100,0</b>

Fonte: MFFE

#### 4. Projetos em Resposta à Covid-19

A execução orçamental dos projetos/unidades inscritos em resposta à Covid-19, até julho de 2021, totalizaram 2.034,7 milhões de CVE, representando uma taxa de execução de 46,1%. Ao nível de execução desses projetos/unidades, por modalidade de financiamento, no período em análise, foi financiado pelo tesouro em 43,1%, por empréstimo em 52,2% e por donativos em 4,6%.

### Quadro 5 - Despesa Covid-19 por Tipo de Financiamento

MOD. FINANCIAMENTO	VALOR_ACTUAL	VALOR_PAGO	PESO %
Donativo	337,2	94,2	4,6%
Empréstimo	2 446,3	1 062,9	52,2%
Tesouro	1 633,9	877,6	43,1%
<b>Total Geral</b>	<b>4 417,4</b>	<b>2 034,7</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: MFFE

Dos projetos executados no período, em valores absolutos, destacam-se:

- “Implementação de Rendimento Social de Inclusão “(858,5 milhões de CVE);
- “Prevenção e Combate a Coronavírus” (335,7 milhões de CVE);
- “Reforço ao Setor da Educação” (184,4 milhões de CVE);
- “Preparação Projeto Cabo Verde Digital” (54,7 milhões de CVE);
- “Reforço do Setor da Saúde No Combate ao Covid-19” (50,9 milhões de CVE);
- “Capacitação Dos Profissionais Do Turismo E Áreas Transversais - COVID\_19” (35,5 milhões de CVE); e
- “Ampliação do Centro de Saúde de Boa Vista” (35,0 milhões de CVE).

### Quadro 6 – Execução dos projetos no âmbito da Covid-19

FUNÇÕES DO ESTADO	PROJETOS	VALOR ACTUAL	VALOR PAGO	GRAU EXEC.
07.00.01 - Serviços Públicos Gerais	Apoio Aos Municípios - Combate A Covid 19	16,5	16,5	100,0
<b>07.00.01 - Serviços Públicos Gerais Total</b>		<b>16,5</b>	<b>16,5</b>	<b>100,0</b>
07.00.03 - Segurança e ordem pública	Protecção Civil - Covid-19	82,0	7,4	9,1
<b>07.00.03 - Segurança e ordem pública Total</b>		<b>82,0</b>	<b>7,4</b>	<b>9,1</b>
07.00.04 - Assuntos económicos	Cabo Verde Digital	20,4	3,4	16,8
	Capacitação Dos Profissionais Do Turismo E Áreas Transversais - COVID_19	105,0	35,5	33,8
	FADSTMI- Sistema Para O Desenvolvimento Do Setor De Transporte Marítimo Inter-Ilhas	757,8	309,4	40,8
	Preparação Projeto Cabo Verde Digital	102,0	54,7	-
	Reforço Da Resiliência Das Famílias Rurais No Pós Covid-Transição Da Economia Informal A Formal	22,1	0,0	0,0
<b>07.00.04 - Assuntos económicos Total</b>		<b>1 027,4</b>	<b>403,0</b>	<b>39,2</b>
07.00.07 - Saúde	Preparação E Resposta A Covid-19	472,6	20,8	4,4
	Ampliação Do Centro De Saúde De Bao Vista	44,3	35,0	79,1
	Aquisição De Vacina Covid19	20,0	0,0	0,0
	Comunicação De Risco Em Saúde - INSP	4,8	1,9	40,3
	Construção Da Sede Do Inps Laboratorio Nacional Saude Publica	178,1	0,0	0,0
	Desenvolvimento Do Observatório Nacinal De Saúde Pública - INSP	3,0	0,8	25,5
	Desenvolvimento De Investigação Em Saúde - Insp	2,3	1,2	53,3
	Equipamento Postos Sanitários	1,5	1,5	100,0
	Prevenção E Combate A Coronavirus	393,7	307,5	78,1
	Prevenção E Combate A Coronavirus	28,7	28,2	98,2
	Reabilitação e equipamentos De Estruturas De Saúde	18,3	15,1	82,1
	Reforço Do Setor Da Saúde No Combate Ao Covid19	82,4	50,9	61,8
	Reforço De Capacidade Laboratório Virologia	30,0	30,0	100,0
Remodelação de Postos Sanitarios	10,5	3,3	31,4	
Reforço Do Laboratorio Nacional De Saúde Publica - Insp	4,1	2,1	52,1	
<b>07.00.07 - Saúde Total</b>		<b>1 294,3</b>	<b>498,3</b>	<b>38,5</b>
07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos	Apoio A Classe Artista Cultural - Covid-19	10,0	9,6	95,9
<b>07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos Total</b>		<b>10,0</b>	<b>9,6</b>	<b>95,9</b>
07.00.09 - Educação	Bolsa Cabo Verde Digital	20,0	0,0	0,0
	Construção, Ampliação E Remodelação de Infra-Estruturas Educativas	11,9	6,4	53,6
	Reforço Ao Sector Da Educação	448,2	184,4	41,1
<b>07.00.09 - Educação Total</b>		<b>480,0</b>	<b>190,7</b>	<b>39,7</b>
07.00.10 - Protecção social	COVID-19 RSI Emergencial - Redes de Segurança e Recuperação de Rendimentos para as famílias mais pobres e mulheres trabalhadoras informais em Cabo Verde	8,3	8,2	98,3
	Garantia De Cuidados De Dependentes	19,4	12,9	66,9
	Implementação De Rendimento Social De Inclusão	1 415,9	858,5	60,6
	Reforço Das Competências Do Setor Da Inclusão Social	34,2	7,1	20,8
Reforço Institucional Das Organizações Da Sociedade Civ	29,4	22,4	76,4	
<b>07.00.10 - Protecção social Total</b>		<b>1 507,1</b>	<b>909,1</b>	<b>60,3</b>
<b>Total Geral</b>		<b>4 417,4</b>	<b>2 034,7</b>	<b>46,1</b>

Fonte: MFFE

Da análise da execução em relação aos projetos com maiores valores orçamentados para 2021, verifica-se o seguinte:

- Implementação de Rendimento Social de Inclusão com uma execução de 836,3 milhões de CVE;
- Reforço ao Sector da Educação com uma execução de 151,1 milhões de CVE;
- Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómicas Rurais (Poser) com uma execução de 89,7 milhões de CVE.

## 5. Dívida Pública

O stock da dívida pública, excluindo os TCMF, atingiu 269.658,6 milhões de CVE, em 31 de julho de 2021, cabendo à dívida interna 82.986,4 milhões de CVE (47,3% do PIB) e à dívida externa 186.672,2 milhões de CVE (106,3% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB atingiu os 153,6%, cerca de 3,2 p.p. acima do valor registado em julho de 2020<sup>2</sup>.

**Quadro 8 – Evolução da Dívida Pública**

	julho 20	julho 21	Var. Hom	% PIB/20	% PIB/21
<b>Estoque Global</b>	<b>248 022,8</b>	<b>269 658,6</b>	<b>8,7</b>	<b>150,4</b>	<b>153,6</b>
Dívida Interna	70 396,4	82 986,4	17,9	42,7	47,3
Dívida Externa	177 626,4	186 672,2	5,1	107,7	106,3

Fonte: MFFE

<sup>2</sup> O PIB utilizado para o cálculo do rácio em 2020 é o PIB ajustado a reprogramação para o referido ano, nos termos apresentado pela DNP, ou seja, 164.911 milhões de CVE (o PIB inicialmente utilizado aquando da apresentação da conta mensal 2020 foi o projetado para o Orçamento inicial de 2020, cerca de 211.095 milhões de CVE, em que foi apresentado um stock da dívida em percentagem do PIB de 135,0%).

